

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Stephanie Ma Rolla

**TRAJETÓRIAS DE TRABALHO NOS MEMORIAIS FORMATIVOS
DOS ALUNOS DA EJA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO**

Porto Alegre

1. Semestre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

**TRAJETÓRIAS DE TRABALHO NOS MEMORIAIS FORMATIVOS
DOS ALUNOS DA EJA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO**

Stephanie Ma Rolla

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador:
Prof. Dr. Evandro Alves

Porto Alegre
1. Semestre
2014

“Paixão” pode referir-se a certa heteronomia, ou a certa responsabilidade em relação com o outro que, no entanto, não é incompatível com a liberdade ou a autonomia. Ainda que se trate, naturalmente de outra liberdade e de outra autonomia diferente daquela do sujeito que se determina por si mesmo. A paixão funda sobretudo uma liberdade dependente, determinada, vinculada, obrigada, inclusa, fundada não nela mesma mas numa aceitação primeira de algo que está fora de mim, de algo que não sou eu e que por isso, justamente, é capaz de me apaixonar.

(BONDIA, 2002, p. 26)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos alunos da turma EF3 do Colégio de Aplicação, que em sua disponibilidade de compartilhar comigo suas histórias de vida foram essenciais.

Ao meu orientador, Prof. Evandro Alves, por ter me acolhido e compartilhado comigo tantos saberes, me incentivando no processo de me tornar uma docente e pesquisadora mais autônoma.

À minha orientadora do estágio obrigatório de docência, Prof. Aline Cunha, por compartilhar comigo os saberes necessários a uma educadora da EJA, e ter me guiado na produção dos memoriais formativos com os alunos da EJA.

Aos meus pais, por terem me educado e partilhado comigo desse caminho da formação acadêmica, tornando-o menos solitário.

Aos professores e colegas que me acompanharam nesta trajetória acadêmica, compartilhando comigo saberes, descobertas e a paixão pela docência.

Agradeço à escola na qual realizei o estágio obrigatório e a pesquisa e, principalmente, ao Prof. Rafael Arenhaldt, pela acolhida e pela inspiração, como acadêmico e docente.

Aos demais amigos, amigas e familiares com quem compartilhei momentos de alegria e tristeza e que, com certeza, comemorarão comigo esta vitória.

Ao Matheus, presença de carinho e alegria, obrigada pelo incentivo, apoio e compreensão durante esta trajetória.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca compreender as trajetórias de trabalho dispostas nos memoriais formativos de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS). Este estudo surgiu a partir das práticas realizadas durante o estágio curricular obrigatório do curso de Pedagogia da UFRGS. A pesquisa de abordagem qualitativa é um estudo de caso que visa analisar memoriais formativos produzidos pelos alunos da EJA do CAp/UFRGS. Os memoriais foram o principal instrumento de coleta de dados, tendo como metodologia analítica empregada a análise de conteúdo. O trabalho referenciou-se em outros estudos sobre a inter-relação entre Educação e Trabalho, sobre o perfil do estudante da EJA, além da Legislação sobre a EJA no Brasil. Foram categorias de análise: de forma mais ampla, as relações que os estudantes estabelecem com o mundo trabalho. De forma mais específica foram tematizados fatores relacionados ao trabalho infanto-juvenil e aos movimentos migratórios como motivos das dificuldades de concluir sua escolarização. Os depoimentos indicam, nesta apreciação inicial, o trabalho como uma das principais forças motivadoras das decisões e acontecimentos da vida de cada um. Expressam, também, que o retorno à escola na idade adulta se associa ao tempo disponibilizado e ao incentivo das chefias, através do projeto da EDUFRGS/PROGESP, para dedicar-se aos estudos e concluir a escolarização.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Educação de Jovens e Adultos.

LISTA DE SIGLAS

CAp – Colégio de Aplicação;

EDUFRGS – Escola de Desenvolvimento de Servidores da UFRGS;

EF3 – Ensino Fundamental 3;

EJA – Educação de Jovens e Adultos;

PI – Projeto de Investigação;

PROGESP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego;

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso;

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: PARA INICIAR O PERCURSO.....	9
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	12
2.1	Educação de Jovens e Adultos: diversidades e especificidades	12
2.2	O trabalho como princípio educativo	17
2.2.1	Educação para o trabalho, Educação “no” trabalho	19
2.2.2	A Escrita formativa como forma de construção de autonarrativas	21
3	OBJETIVOS, QUESTÕES DE PESQUISA E METODOLOGIA	23
3.1	OBJETIVOS.....	23
3.1.1	Objetivo geral	23
3.1.2	Objetivos específicos	23
3.2	QUESTÕES DE PESQUISA.....	24
3.3	Princípios Orientadores de Pesquisa	24
3.4	Contexto da Experiência	26
3.4.1	Sobre o Colégio de Aplicação	26
3.4.2	A Escola de Desenvolvimento de Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a EJA fundamental no Colégio de Aplicação	27
3.5	Sujeitos/Participantes da Pesquisa.....	28
3.6	Procedimentos de Pesquisa / Instrumento de coleta de dados	30
3.6.1	Memoriais formativos.....	30
3.7	Metodologia de Análise: Análise de Conteúdo	32
4	ANÁLISE DE DADOS	34
4.1	Compreensões sobre o trabalho: a sua dupla face	34
4.2	Trabalho infanto-juvenil.....	40
4.3	Movimentos migratórios e êxodo rural	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	48
	APÊNDICES	50

1 INTRODUÇÃO: PARA INICIAR O PERCURSO...

O presente estudo busca compreender as trajetórias de trabalho dos alunos do ensino fundamental do projeto de EJA do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp-UFRGS) a partir da análise dos memoriais formativos escritos por eles. Este trabalho de escrita de memória foi produzido durante todo o semestre letivo, na disciplina Projeto de Investigação (PI), com o objetivo de, ao realizar um resgate histórico da vida de cada um, conhecer suas histórias, oportunizar reflexões individuais e coletivas e aprimorar os processos de escrita, utilizando-se dos memoriais como um recurso de escrita formativa.

O interesse em produzir este trabalho de conclusão de curso (TCC) surgiu a partir das práticas realizadas durante o estágio obrigatório de docência, realizado no período de 19/08/2013 a 06/12/2013. O contato diário com os alunos oportunizou o “re-conhecer” estes sujeitos, além de motivar um olhar de admiração que se intensificou durante o semestre, enquanto auxiliava-os na produção de seus memoriais, trabalho produzido para a disciplina de PI, já referido anteriormente.

A partir do olhar atento e da leitura cuidadosa dos memoriais produzidos pelos alunos, pude perceber que a questão do trabalho era a única temática que aparecia em todos os textos. Essa constatação me motiva na produção deste escrito, tendo como indagação orientadora a busca pelas compreensões, através dos memoriais, das formas pelas quais estes alunos compreendem o trabalho e qual a importância do mesmo para eles em suas trajetórias.

Neste sentido, o presente trabalho objetiva, em linhas gerais, inquirir as compreensões destes alunos sobre suas trajetórias com trabalho presentes em seus memoriais formativos. São perguntas orientadoras desta investigação: **como eles se enxergam em relação ao trabalho? O que eles aprendem com essas dinâmicas? Quais os sentidos que a questão do trabalho ocupa nos memoriais formativos dos participantes da pesquisa?**

A produção desta pesquisa se justifica na medida em que, ao reconhecer os sujeitos da EJA do CAP-UFRGS, constato que surge, fortemente, não só pelo vínculo que os alunos estabelecem com a Universidade e com o Colégio, mas também em função de suas trajetórias de vida, a questão do trabalho como elemento importante em todas as trajetórias descritas nos memoriais. Ganha relevância, então, entender quais as compreensões que estes alunos têm sobre esta temática.

Tal escolha também se torna relevante na medida em que se faz necessário, cada vez mais, conhecer o público da EJA, suas trajetórias e aquilo que consideram importante na e para a vida. Na medida em que a questão do trabalho se levanta, torna-se elemento essencial para dialogar com estes sujeitos/alunos.

Através deste estudo também será possível contribuir com a própria UFRGS que, assim, tem a oportunidade de conhecer melhor seus trabalhadores, para entender como estes percebem o trabalho na universidade, e qual a relevância que assume nas suas trajetórias.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro trata-se da introdução do trabalho. No segundo capítulo, intitulado “Revisão Bibliográfica”, apresento uma breve contextualização da história da EJA no Brasil, enfatizando seus princípios, especificidades e caracterizando os sujeitos da EJA. Apresento também um apanhado histórico e político sobre a EJA e o mundo do trabalho no Brasil, além de expor o trabalho como princípio educativo, conceito que será utilizado durante as análises tecidas nesta produção.

O terceiro capítulo aborda os caminhos metodológicos utilizados para a construção do TCC explicando, detalhadamente, como se constituiu cada momento da pesquisa.

No quarto capítulo apresento as análises de dados, tecendo paralelos entre o referencial teórico e o conteúdo dos memoriais formativos dos alunos.

Por fim, no quinto capítulo, apresento as considerações finais e realizo a retomada de algumas discussões apresentadas ao longo deste trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Educação de Jovens e Adultos: diversidades e especificidades

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), não raro nos deparamos com muitas diversidades e especificidades. Cabe, então, conhecer elementos do contexto de configuração desta modalidade de ensino da Educação Básica, desde o que podemos convencionar chamar de princípio. Neste caso, é sabido que a Educação praticamente coincide e, muitas vezes, se confunde com a própria existência humana, pois, desde o princípio, o homem precisa, diferente dos outros animais que acabam se adaptando à natureza, adaptar a natureza a si, produzindo a própria vida, a fim de garantir a sua existência. A estas formas de adaptação chamamos trabalho. Segundo Saviani:

[...] os homens produziam sua existência em comum e se educavam neste próprio processo. Lidando com a terra, lidando com a natureza, se relacionando uns com os outros, os homens se educavam e educavam as novas gerações. (SAVIANI, 1994, p.2).

Deste modo, a vida do homem fica condicionada a forma com que ele produz a sua existência, portanto, ao trabalho, e ao repasse destas práticas e conhecimentos (cultura) aos semelhantes, o que seria a Educação.

Assim, o presente trabalho parte do princípio que, desde o princípio, o Homem, o Trabalho e a Educação encontram-se indissociáveis. Poder-se-ia, a partir do exposto, realizar um resgate histórico exaustivo, a fim de estabelecer relações teóricas entre estes conceitos. Contudo, um exercício desta natureza foge aos objetivos do estudo.

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) busca se valer destes conceitos para conhecer o público da EJA e suas diversidades, em específico no que diz suas relações com o trabalho. Realiza isso na medida em que objetiva inquirir as compreensões sobre o trabalho por parte de alunos da EJA, a partir de memoriais formativos por ele realizados, do Colégio de Aplicação da UFRGS.

Cabe, no entanto, explicitar, a indissociabilidade destes conceitos: o Homem, o Trabalho e a Educação uma vez que, os homens e mulheres que motivam e participam desta pesquisa são trabalhadores, alunos do CAp, que escreveram seus memoriais formativos, estão inseridos na cultura, encontram-se em um ambiente escolar e dependem do trabalho para a sua existência.

Infelizmente, os sujeitos da EJA são considerados, por muitos, apenas aqueles que não se escolarizaram na idade própria, ou que estão “atrasados” ou, ainda, que precisam retomar a infância e/ou uma postura infantil, pois é só na infância que se aprende. Porém, ater-se a uma dessas características ou tomá-las em conjunto não define o público da EJA.

É comumente ignorado que uma componente importante na delimitação do público desta modalidade de ensino, segundo Cunha (2012, p. 110), é ser composto por homens e mulheres que se constituem pelo seu trabalho e pelas vivências cotidianas, que geram conhecimentos que independem do processo de escolarização. E ainda “[...] este sujeito jovem e adulto, que está na escola, é membro atuante e pensante de sua comunidade, por sua participação ativa nos espaços sociais nos quais convive”. (idem).

Deste modo, é preciso visibilizar os sujeitos da EJA, quebrando estereótipos criados referentes a um errôneo pressuposto social de “atraso intelectual” destes sujeitos, por exemplo. Um novo olhar implica percebê-los como sujeitos que vivem em situação de violação de direitos, uma vez que tiveram um dos direitos sociais, assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988, o direito à Educação, negado, negligenciado e violado. Cabe, porém, uma sensibilização para estes aspectos, sem pender para uma vitimização dos sujeitos.

Estes sujeitos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos, muitas vezes, tiveram seu direito à Educação negado quando crianças, pela condição em que viviam. Muitos deles foram crianças oriundas de famílias camponesas ou operárias, que tiveram a sua mão de obra solicitada desde muito cedo, para poder auxiliar no sustento da família, trocando, então, as carteiras escolares pelo trabalho. Alguns chegam a ir para a escola durante um período, porém, a

escola não é pensada para aqueles alunos que precisam trabalhar, e a mesma, por suas exigências de tempo disponível, concentração, asseio, entre outras, acaba fazendo com que o sujeito se afaste ou acabe evadindo.

Segundo Álvaro Vieira Pinto:

Na família camponesa ou operária pobre a criança não vai à escola porque sua capacidade de trabalho é prematuramente solicitada socialmente (tempo integral), desde que possui suficiente habilidade de coordenação motora para executar tarefa mecânica. E, se vai à escola, a abandona ao fim de um ou dois anos, porque a solicitação de trabalho que já pode oferecer aos 9 ou 10 anos é imperativa, pela razão de que o trabalho que vai executar o semianalfabeto *vale mais*, socialmente falando (para as condições miseráveis de vida de sua família, de sua comunidade), que o trabalho que poderia fazer (embora concretamente não tem condições de chegar jamais a fazer) se completasse sua educação na escola. (PINTO, 2010 [1982], p. 73)

Do mesmo modo, embora o direito ao ensino gratuito haja sido mencionado desde a primeira constituição do Brasil, em 1824, e em textos normativos posteriores, segundo Ferraro (2002), somente a partir da Constituição Federal de 1934 e na década seguinte começam a correr iniciativas concretas no sentido de oferecer os benefícios da escolarização a camadas da população até então excluídas da escola.

Nesse sentido, destaca Ferraro que “O direito, mais amplo, à Educação Básica, só seria estendido aos jovens e adultos na Constituição Federal de 1988” (FERRARO, idem, p.6).

Nos anos que se seguiram, intensificou-se a preocupação com a Educação, pois o Brasil passa cada vez mais a sofrer pressões externas de órgãos internacionais, como a ONU, UNESCO e UNICEF para a equação dos problemas educacionais brasileiros.

O problema educacional da população brasileira era sério. Conforme Ferraro (idem, p.14), o analfabetismo em 1872, quando do primeiro censo demográfico era de 82,3%, considerando a população de 5 anos ou mais. Já no censo de 1950, o analfabetismo atingia a 57,2 % da população de 5 anos ou mais. Assim, muitos dos alunos da EJA hoje, são adultos e/ou idosos oriundos

desta geração, que carregam consigo marcas e/ou vestígios da cultura desse período, mesmo que os índices apontem que no censo de 2000 a taxa de analfabetismo tenha caído para 16,7% (Ferraro, 2002).

Ainda segundo Ferraro (2002), somente a partir dos anos 1940 o censo passa a considerar a população “estratificando” as idades. Neste novo modelo, passa-se, também, a “mensurar” o analfabetismo nas parcelas da população de 10 anos ou mais e de 15 anos ou mais, não apenas considerando o analfabetismo em relação à população de 5 anos ou mais, como era feito anteriormente. Assim, em 2000, o índice de analfabetismo da população de 5 anos ou mais era de 16,7%, ao passo que o da população de 10 anos ou mais era de 12,8% e o da população de 15 anos ou mais 13,6% (FERRARO, idem, p.14). Estes números apontam um avanço na alfabetização infantil e que a maior parcela analfabeta da população estaria, então, concentrada em idades mais elevadas. Se o índice considerasse as parcelas da população com 20 anos ou mais, e assim sucessivamente, seria evidenciada a maior concentração do analfabetismo entre a população adulta? Possivelmente.

O problema educacional de um país se reflete inteiramente em sua população. Logo, uma taxa de analfabetismo que, nos anos 50 atinge 57,2% da população dificilmente poderia ser erradicada no curto período que se avançou, de pouco mais de 60 anos. Esse apontamento é importante, uma vez que gira em torno de 50 a 70 anos a média de idade dos participantes da presente pesquisa. Ao que tudo indica, essas pessoas foram nascidas e criadas em uma época que a cultura da escolarização no país não era tão expressiva, e que, segundo os dados censitários, uma grande parcela da população ainda não estava alfabetizada.

Estas pessoas que, por vezes, frequentam a escola na modalidade de ensino EJA, são adultos que, em sua infância, vivenciaram esta situação no país. Adultos que, crianças em meados das décadas 1950-1950, além de ter seu direito à educação negado, muitas vezes, não tinham, no contexto familiar e social, a dimensão de que a educação era dever da sociedade, pois não podiam encaminhar seus filhos à escola. Eles tinham de ajudar nas tarefas

domésticas e no trabalho de subsistência. A educação, para estes conjuntos da população nesta época, era considerada uma possibilidade remota para seus filhos, quando não um (des)favor do Estado. Para muitas destas famílias, seus filhos poderiam estudar somente se não fosse necessário requisitar essas crianças para desempenhar outras funções sociais prematuramente, como o trabalho ou o cuidado da própria família, expresso pelo trabalho doméstico infantil.

Assim, conforme Álvaro Vieira Pinto:

Para a criança ir à escola não é um dever (noção idealista, abstrata), e sim primordialmente um poder (que se decide no plano social). É inútil, é uma atitude ingênua fazer apelos morais a famílias para que cumpram com seu dever de mandar as crianças à escola. Tal dever é o reflexo do primário, o poder de mandá-los. Se queremos que em nossa sociedade a ida à escola se torne um dever, é preciso que antecipadamente criemos condições para que se torne um poder. (PINTO, 2010 [1982], p. 74).

Hoje, as tentativas do governo de manter as crianças na escola baseiam-se em obrigar as famílias através de programas e financiamentos, como o bolsa família, a mandarem as crianças para a escola. Já as pessoas com mais de 18 anos não têm a obrigatoriedade nem subsídios para cursar o Ensino Fundamental e Médio, destinado a eles e assegurado pela Constituição Federal na modalidade da Educação Básica voltada para este fim: a EJA. Além disso, o Estado, conforme Di Pierro, Masagão e Joia (2001), a partir de uma emenda constitucional no ano de 1996, se desobrigou de cumprir o papel mobilizador de buscar este público para que ele concluísse os estudos, assim como realiza em relação à infância. Em vez de se responsabilizar pela Educação de Jovens e Adultos, o poder público garante apenas de sua oferta gratuita.

Atualmente, paralela ou complementar à EJA, encontram-se iniciativas de cunho profissionalizantes voltadas a jovens e adultos, na forma de Programas de governo, tais como o PROEJA¹, o PRONATEC² e o Programa

¹ O PROEJA é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Jovem Aprendiz³, entre outros que buscam consolidar e expandir o ensino técnico e profissionalizante no país.

É notável a relação estabelecida entre a EJA e o mundo do trabalho, sendo esta a principal marca do público por ela abrangido. Deste modo, há que se considerar, em todas as iniciativas voltadas a este público, suas trajetórias e sua relação com o trabalho, sem, contudo, tornar a EJA uma iniciativa que não apenas forme para o mercado de trabalho, mas que leve em conta a dimensão do trabalho como princípio educativo. Destaco, então, a importância de se afirmar o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser.

Sendo assim, é de suma importância dispor-se a compreender o público do qual se fala. Lembrando que estes sujeitos da EJA, a(u)tores dos memoriais formativos, não estão isolados. Trata-se de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, os quais carregam marcas geracionais e uma extensa bagagem de conhecimentos, oriunda de suas vivências. Possuem, também, uma determinada cultura, que levarão consigo para dentro da escola, uma vez que são membros atuantes e pensantes de uma comunidade, possuindo participação nos espaços em que (con)vivem.

2.2 O trabalho como princípio educativo

Tra.ba.lho *s.m.* 1. Aplicação das forças mentais ou físicas na execução de uma obra. 2. Lida; fadiga; esforço. 3. Ocupação; emprego. 4. Obra realizada. (LUFT, 2004, p. 645)

² O PRONATEC é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

³ Programa Jovem Aprendiz é do Governo Federal, em vigor desde 2005, em parceria com diversas empresas, que regulamenta e promove o trabalho de jovens de 14 a 18 anos, através de preparo e treinamento necessário para que possam conhecer mais sobre o trabalho para o qual serão encaminhados. É necessário estar frequentando a escola, e a carga horária máxima do Jovem Aprendiz é de 6h diárias de trabalho. O referido programa é baseado na Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

Acredito que esta, como tantas outras definições de trabalho que podem ser amplamente encontradas em dicionários, ou mesmo na internet, definem um conceito que é complexo de uma forma muito rasa. Porém, não cabe aqui uma discussão sobre a origem do conceito de trabalho, é necessário, apenas, considerar alguns aspectos relevantes no contexto desta reflexão.

Como já foi referido anteriormente neste TCC, o trabalho é entendido pela forma como o homem adapta a natureza para produzir a própria existência, independente de tornar-se um exercício remunerado. Considerando, assim, todas as atividades que o homem realiza para produzir a sua existência, sejam elas domésticas, formais, informais, assalariadas, entre outras.

Quando se passa a compreender o trabalho como princípio educativo deve-se considerar que o mesmo precisa ser entendido como principal elemento de formação do homem, tanto profissionalmente quanto na constituição de sua identidade. Segundo Ribeiro (2009, p.50): “o trabalho é o caminho de construção da identidade, e o homem constrói a sua identidade pelo trabalho. Dessa maneira, forma-se através do trabalho e o trabalho é o princípio da sua formação”.

Deste modo é necessário à Educação de Jovens e Adultos, em virtude da permanente relação do seu público com o trabalho, considerá-lo como princípio educativo, desenvolvendo uma formação ampla voltada para a humanização através dos processos vividos por estes sujeitos, como o do trabalho. Somente através desta proposta formativa será possível levar os sujeitos à reflexão acerca da natureza deste processo e das possibilidades que oferece, tais como seu potencial emancipador. Assim:

Embora o trabalho seja responsável pela construção da nossa própria humanização, não se constitui, necessariamente, no nosso tempo em um valor humano positivo. O trabalho pode ser emancipador, mas pode também ser um instrumento que submete e até mesmo escraviza o ser humano. O trabalho pode ser responsável por gerar prazer para alguns, mas também pode ser responsável por gerar pesadelo e sofrimento para outros. E tudo isso independentemente da qualidade do trabalho ou mesmo do seu valor social. (RIBEIRO, 2009, p.50)

Dentro desta perspectiva é importante ressaltar o papel da escola, que ao considerar o trabalho como um princípio educativo, empenha-se em realizar uma formação/educação para o trabalho, porém fora do espaço tido como próprio do trabalho, uma vez que fala-se em termos de escola. Deste modo, propõe-se a reflexão e aprendizagem, dentro do espaço escolar, a partir de vivências advindas das experiências de trabalho dos indivíduos. Cabe enfatizar:

Entretanto, quando tratamos de educação para adultos, a situação se complica. Trata-se, afinal, de uma situação em que o “outro” (ou os “outros”) que deverá “aprender” alguma coisa não pode ser considerado indivíduo que “não sabe”. Não são poucas as situações em que esses indivíduos, que devem “sofrer” a formação, sabem muito mais do que aqueles responsáveis por oferecê-la. (RIBEIRO, 2009, p.49).

Logo, na Educação de Jovens e Adultos, é imprescindível pensar uma formação escolar voltada para as vivências e conhecimentos que o sujeito adquiriu fora da escola, principalmente em termos de trabalho e formação profissional, elementos que fazem parte do público da EJA, sua cultura e suas rotinas.

2.2.1 Educação para o trabalho, Educação “no” trabalho

Cabe ressaltar que no âmbito da experiência narrada e analisada nesta pesquisa, pergunta-se pelas compreensões sobre trabalho em registros, tais como memoriais formativos. Trata-se de investigar, no processo de construção dos memoriais, experiência que se dá na escola, um processo educativo que se realiza fora dela, relativo às memórias de trabalho destes alunos. Para tanto, é preciso distinguir a educação para o trabalho da educação no trabalho.

O próprio processo histórico, segundo Saviani:

Privilegiou a divisão entre trabalho e não-trabalho ficando a educação para o trabalho de um lado e a educação para o não-trabalho de outro. Em outros termos, a formação dos que necessitavam trabalhar, isto é, produzir diretamente os meios de existência, se dava no próprio processo de trabalho, ao passo que a formação dos que não necessitavam produzir diretamente os meios de vida se dava fora do trabalho, num espaço e tempo próprios, definidos como escola. (SAVIANI, 1994, p.10)

Sendo assim, caracteriza-se a educação no trabalho, que para além de um processo educativo que ocorre no ambiente no trabalho, é a própria reflexão e aprendizagem a partir de experiências vivências na ou através das atividades de trabalho desenvolvidas pelo indivíduo.

Hoje, encontramos ainda, diversas formas de educação para o trabalho, pois, segundo Saviani (1994, p. 11), no interior dos processos de produção que ocorrem no trabalho existem tarefas que exigem determinadas qualificações específicas, que somente são obtidas através de um preparo intelectual específico, ideia que originou os cursos profissionalizantes, que possuem como referência o padrão escolar básico, mas que são determinados diretamente pelas necessidades do processo produtivo. Assim, os cursos técnicos e profissionalizantes caracterizam-se como uma iniciativa voltada a qualificar o trabalhador para as ações que virá a desenvolver e/ou desenvolve cotidianamente, no seu ofício.

Em contraponto a este modelo que sugere que a educação para o trabalho pode ocorrer tanto no ambiente de trabalho quanto no espaço dos cursos profissionais, há também o que Saviani (1994) chama de educação para o “não-trabalho”. Esta educação caracteriza-se pela não necessidade de produzir diretamente os meios de vida, o que implica em tempo para estudar e desenvolver o intelecto em um espaço e tempo próprios para isso, definido como escola. Este apontamento encontra eco na própria etimologia do termo *escola*, que, conforme Pinto (2010 [1982]), para os gregos, significava *ócio*.

Desta forma, cabe dizer, que a escola, como a conhecemos, ainda é pensada apenas para aqueles que não precisam trabalhar para garantir a sua existência. Portanto, acaba por negligenciar todos aqueles que precisam, através do trabalho, garantir seus meios de vida, afastando-os da escola. Resta, a estes sujeitos, educar-se no próprio trabalho ou através de cursos profissionalizantes voltados para o aluno trabalhador, que atuam, porém, em uma lógica distinta, ensinando ao aluno apenas aquilo que necessita saber para desempenhar determinada função.

É refletindo, entre outras coisas, sobre as dificuldades enfrentadas pelo público da EJA que foi realizado o trabalho dos memoriais como recurso de escrita formativa. Somente dentro desta proposta foi possível incentivar os alunos a refletir sobre a sua condição, tanto de trabalhador como de estudante, e também sobre as histórias de suas próprias vidas, (entre)cruzadas pela escola, pelo próprio trabalho, por idas e vindas e demais acontecimentos.

2.2.2 A Escrita formativa como forma de construção de autonarrativas

A opção pela escrita de memoriais como trabalho final da disciplina de P.I foi realizada pelo conjunto de professores que partilhavam a docência da disciplina. O uso do texto memorial foi utilizado como recurso de escrita formativa, uma vez que os alunos, ao realizarem a escrita de suas memórias, precisavam mergulhar em um processo que segundo SANTOS e SPÍNDOLA (2003) é histórico, dinâmico e dialético.

A dimensão histórica compreende a temporalidade do relato, o tempo histórico em que o mesmo ocorreu, em algumas lembranças mais pontuais que outras, retratando datas e/ou épocas. Já a dimensão dinâmica compreende as relações sociais e os processos de mudanças vivenciados dentro delas, das lembranças, e das próprias vidas ali narradas. Por fim, a dimensão dialética é constituída pelo processo reflexivo contido na lembrança, na fala e na escrita, em que o próprio sujeito reflete e avalia acontecimentos passados. Por isso, como todo o processo de escrita, a constituição dos memoriais não foi tarefa fácil.

A opção pelo uso do memorial como recurso de escrita formativa também se articula a uma abordagem desta prática como uma escrita de si, pois o sujeito, ao narrar suas experiências através do memorial, reflete e modifica as representações de si e de sua prática. Deste modo, considero importante para esse processo que o aluno possa refletir sobre a sua condição, seja ela de trabalhador e/ou de estudante.

Segundo Arenhaldt e Marques (2010), Paulo Freire já afirmava a importância de conhecer e compreender as histórias dos estudantes, e é partindo deste ideal que considero importante que também os estudantes, ao permitirem que o educador os conheça, possam refletir sobre si mesmos, transformando todos os âmbitos da prática pedagógica em processos educativos.

A partir destas percepções e tendo como principal fonte a escrita dos educandos, cabe investigar, e é objetivo geral desta pesquisa, quais as compreensões sobre o trabalho que estes alunos expressam em seus memoriais. Através desta pergunta norteadora, busco dar conta dos seguintes objetivos específicos da pesquisa: como se enxergam em relação ao trabalho, o que eles aprendem com essas dinâmicas e quais os sentidos que a questão do trabalho ocupa nos memoriais formativos dos participantes da pesquisa.

3 OBJETIVOS, QUESTÕES DE PESQUISA E METODOLOGIA

3.1 OBJETIVOS

3.1.1 Objetivo geral

É objetivo geral desta pesquisa inquirir as compreensões dos alunos da Educação de Jovens e Adultos do CAp/UFRGS sobre suas trajetórias com trabalho presentes em seus memoriais formativos. Desta forma, são sujeitos participantes desta pesquisa os alunos da turma EF3 DO CAp que produziram seus memoriais formativos e são servidores da UFRGS.

Através deste estudo será possível re-conhecer o público da EJA na UFRGS, desvendando, em suas trajetórias de vida, os (entre)cruzamentos trabalho-educação. É indispensável à Educação de Jovens e Adultos refletir sobre quem são estes sujeitos e qual a importância que trabalho e a educação ocupam em suas trajetórias, a fim de adequar abordagens, estratégias e planejamentos dirigidos a estes alunos, uma vez que a modalidade requer um currículo próprio. Contribui, também, com a própria universidade, que tem a oportunidade de conhecer melhor seus trabalhadores e como eles percebem, em suas trajetórias, o trabalho na própria UFRGS, podendo tornar-se elemento elucidador e gerador de mudanças.

3.1.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste trabalho:

- Elaborar revisões bibliográficas sobre a questão do trabalho, educação e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- Realizar um Estudo de Caso no contexto do projeto de EJA do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS), tendo por recorte os memoriais formativos dos alunos.
- Analisar os memoriais formativos produzidos pelos alunos do CAp/UFRGS na disciplina de Projeto de Investigação durante o período de estágio curricular obrigatório.
- Atentar, principalmente, para as questões relativas ao trabalho e a educação nos memoriais formativos dos alunos.

3.2 QUESTÕES DE PESQUISA

São questões de pesquisa orientadoras desta investigação:

- Como os alunos da Educação de Jovens e Adultos do CAp/UFRGS se enxergam em relação ao trabalho?
- O que eles aprendem com essas dinâmicas?
- Quais os sentidos que a questão do trabalho ocupa nos memoriais formativos dos participantes da pesquisa?

3.3 Princípios Orientadores de Pesquisa

Cabe ressaltar aqui quais os princípios tomados como base para garantir a orientação da pesquisa no sentido de assegurar seu rigor científico e metodológico. Com este intuito, definiu-se, pela natureza do estudo que se pretendia desenvolver, que o presente trabalho é uma pesquisa científica de cunho qualitativo, denominada estudo de caso.

O estudo de caso qualitativo como modalidade de pesquisa, segundo Alves-Mazzotti:

O estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado. Os critérios para identificação e seleção do caso, porém, bem como as formas de generalização propostas, variam segundo a vinculação paradigmática do pesquisador, a qual é de sua livre escolha e deve ser respeitada. O importante é que haja critérios explícitos para a seleção do caso e que este seja realmente um “caso”, isto é, uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão. (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p.14)

Dentro desta perspectiva, esta pesquisa busca inquirir as compreensões sobre trabalho dos alunos da EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS, que estão na turma EF3, produziram seus memoriais formativos e são servidores da universidade (unidade específica e contexto). Para tanto, o estudo busca se inserir no fluxo das discussões anteriores na área, buscando contribuições nas referências utilizadas, tais como Saviani, Cunha, Arenhaltdt, Ferraro, entre outros. Somente assim é possível garantir o compromisso do estudo de caso de buscar o que é comum e o que é particular ao caso, incorporando-se às discussões anteriores, a fim de realizar possíveis contribuições, o que é premissa da pesquisa científica, uma vez que, segundo Alves-Mazzotti (2006, p. 3) “o conhecimento desenvolve-se por meio de construção coletiva”.

É necessário ter muito cuidado com os estudos de caso, pois ao mesmo tempo em que é preciso que os mesmos contemham elementos de generalização, para que haja contribuição a outros estudos e/ou casos, esta não pode ser a preocupação dominante do pesquisador, pois perseguir única e exclusivamente este objetivo pode desviar o pesquisador de atentar para outras características imprescindíveis para a compreensão do caso em si.

É importante ter sempre clara a compreensão de que, segundo Alves-Mazzotti (2006), um estudo de caso deve aprofundar a compreensão de um fenômeno pouco investigado, levando à identificação de categorias de observação e à geração de hipóteses para estudos posteriores. Outro elemento trazido pela autora sugere a densa descrição do estudo como ferramenta para conhecimento da realidade, possibilitando ao leitor realizar *insights* e generalizações próprias ao relacionar a realidade descrita a casos/situações concretas por ele vivenciadas.

3.4 Contexto da Experiência

Este trabalho de conclusão de curso só se tornou possível, pois chegando ao sétimo semestre do curso de Graduação em Pedagogia optei por desenvolver a prática de ensino curricular obrigatória na modalidade de ensino EJA, no Colégio de Aplicação da UFRGS. Somente através deste estágio foi possível conhecer a turma EF3, na qual se efetivaram as 360h de docência previstas para este período.

Durante todo o segundo semestre de 2013 estivemos (eu e a turma) engajados em diversos projetos, entre eles, o que foi desenvolvido na disciplina de P.I, no qual a turma se propôs a realizar a escrita de seus memoriais, contando memórias da vida destes 20 alunos. O conteúdo dos memoriais foi muito diverso, pois cada aluno possuía alguma(s) história(s) que gostaria de publicar.

Mergulhada no universo da turma e muito sensibilizada pelas histórias narradas, descobri que gostaria de, além de tornar público este belíssimo trabalho, dando-lhe visibilidade, estudá-lo mais detidamente, aliando a prática à teoria, no contexto de uma pesquisa. Através da pesquisa científica é possível, também, conferir outro caráter a este projeto escolar, uma vez que o mesmo servirá para produzir conhecimento acadêmico-científico.

3.4.1 Sobre o Colégio de Aplicação

O Colégio de Aplicação (CAp) localiza-se no Campus do Vale, dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), constituindo uma das unidades da mesma. O Campus do Vale localiza-se na cidade de Porto Alegre, em uma região periférica. Situa-se no bairro Agronomia, na divisa entre os municípios de Porto Alegre e Viamão. O Colégio, porém, localiza-se na entrada do referido Campus, com acesso por uma grande avenida, de endereço Av.

Bento Gonçalves 9500. A instituição possui três turnos de funcionamento, estando aberto aos alunos e à comunidade pela manhã, tarde e noite.

Seu entorno caracteriza-se pela escassez de comércio, possibilidades de lazer, espaços culturais, entre outros. Localiza-se em uma grande avenida que possibilita o trânsito entre as duas cidades. Por estar alocado no maior dos *Campi* da universidade é separado das demais unidades que ali estão por grandes distâncias, e em seu entorno encontra-se muita vegetação e pouco trânsito de pessoas.

A comunidade do entorno da escola é constituída por estudantes universitários que circulam no Campus do Vale, bem como professores e demais servidores da universidade. É constituída também pelos bairros periféricos que circundam o local. As relações entre a escola e a comunidade são de harmonia, uma vez que o campus em questão é muito grande e distante do centro comercial da cidade, a maior circulação no local é de alunos da UFRGS e do próprio Colégio de Aplicação, bem como servidores e funcionários.

Esta unidade, assim como as demais da universidade, possui um espaço amplo, composto por diversas salas de aula, e conta também com outras dependências, tais como biblioteca, sala de informática, teatro, refeitório, bar, diversas salas e laboratórios equipados com materiais didáticos e de livre acesso aos alunos, professores e funcionários; bem como quadras esportivas e locais de lazer destinados à comunidade escolar, estando todos estes espaços alocados em um conjunto de três prédios. As aulas da turma EF3 são oferecidas diariamente, de segunda à sexta-feira, sempre das 16h às 19h.

3.4.2 A Escola de Desenvolvimento de Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a EJA fundamental no Colégio de Aplicação

A Escola de Desenvolvimento de Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ED/UFRGS) é um setor criado pela Pró-Reitoria de Gestão

de Pessoas (PROGESP), para atender às demandas dos servidores da universidade relativas à capacitação, à educação formal e ao desenvolvimento de servidores públicos. Através da ED/UFRGS a PROGESP mapeou e contactou servidores da universidade que ainda não haviam concluído a sua escolarização básica. Deste mapeamento surge a parceria com o Colégio de Aplicação (CAp), a fim de atender a esta demanda. Deste projeto nasce a turma EF3 (Ensino Fundamental 3), que não era ofertada pelo CAp anteriormente.

Em função deste contexto singular, surge, também, uma turma com muitas particularidades, uma vez que a mesma é composta, majoritariamente, por servidores da universidade. Chama a atenção o fato de a turma ter iniciado o semestre com 28 alunos, sendo 25 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Destes, apenas 3 alunos são oriundos da comunidade, sendo, todos os demais, servidores da universidade. Outro fator de destaque é o fato de os educandos apresentarem, em sua maioria, idades superiores a 50 anos, contando com uma média de 20 a 30 anos de serviços prestados a universidade, cada um.

Foi neste contexto em que foi realizada a já referida prática docente curricular obrigatória, bem como a produção dos memoriais dos alunos, principal fonte de pesquisa deste TCC.

3.5 Sujeitos/Participantes da Pesquisa

É objetivo geral desta pesquisa inquirir as compreensões sobre trabalho dos alunos da EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS, a partir de memoriais formativos, dos quais eles são autores. Desta forma, são sujeitos participantes desta pesquisa os alunos da turma EF3 do CAp que produziram seus memoriais formativos e são servidores da UFRGS.

O público da turma EF3 do CAp, que foi ofertada durante o segundo semestre do ano de 2013, é composto, majoritariamente, por servidores da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A turma iniciou o semestre em agosto de 2013, com 28 alunos, sendo 25 servidores da UFRGS e apenas 3 oriundos da comunidade. Destes 28 alunos, 8 encontraram dificuldades de permanecer no curso, e por isso não o concluíram. Os 20 alunos restantes ficaram divididos entre 19 servidores e um aluno jovem oriundo da comunidade, na idade de 17 anos. Todos eles concluíram o semestre, estando, no momento da pesquisa, todos regularmente matriculados e frequentes na turma EF4 do CAp.

Estes trabalhadores possuem uma média de idades entre 50 e 70 anos, todos ingressando na universidade até meados dos anos 90. Todos eles possuem em média 20 anos de serviços prestados à UFRGS, ou mais, e estão próximos da aposentadoria. O único sujeito da turma que não é servidor da universidade não fez parte da pesquisa em virtude deste critério, porém também escreveu seu memorial formativo e em breve terá o trabalho publicado junto aos demais.

Sendo assim, cabe destacar que esta pesquisa trabalha apenas com os memoriais formativos produzidos pelos educandos que são servidores técnico-administrativos da UFRGS, sendo eles 18 do sexo masculino e uma do sexo feminino. Estes sujeitos, que desempenham as mais diversas funções dentro da universidade, por uma questão de ética da pesquisa, não terão seus nomes divulgados. Entre as funções desempenhadas encontramos: zeladoria, segurança, lavanderia, almoxarifado, portaria, jardinagem, elétrica, hidráulica, serviços gerais, entre outros.

É importante ressaltar que trata-se de um público nascido, predominantemente, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, e que por esta especificidade possuem determinadas vivências e relações com o trabalho e escolaridade, discutidas, em termos teóricos, anteriormente neste estudo.

3.6 Procedimentos de Pesquisa / Instrumento de coleta de dados

3.6.1 Memoriais formativos

Os memoriais formativos escritos pelos alunos da turma EF3 foram o principal trabalho e instrumento de avaliação do semestre na disciplina de P.I. Neste trabalho foi proposto que, ao longo do semestre, cada aluno pudesse narrar um pouco da sua história. Dentro desta proposta mais ampla, foram organizadas dinâmicas de grupo, combinadas ao uso de objetivos afetivos trazidos pelos alunos, para que os estudantes pudessem iniciar o processo de reflexão sobre si e a narração oral das suas histórias.

Neste processo, foi realizado um mapeamento das histórias e estórias que os alunos desejavam narrar em seus trabalhos. Apareceram, então, diversos assuntos, que puderam ser divididos em quatro grandes áreas temáticas, sendo elas: trabalho, família, escola e migrações.

A partir destes levantamentos iniciais, estruturou-se um trabalho que, em grupos, divididos pelas áreas temáticas escolhidas, os alunos escreviam em aula suas histórias, contando com o suporte dos professores e dos alunos de cada grupo. A escrita foi desenvolvida individualmente, mas se manteve a possibilidade de realizar relatos e reflexões orais no grupo, tanto para desopilar nos momentos em que a atividade de escrita tornava-se densa, quanto para trocar ideias e encontrar a melhor forma de estruturar os textos.

Assim, após escolherem o tema ou os temas que seriam escritos nos memoriais, os alunos transitaram entre os grupos temáticos nos quais seus trabalhos se encaixavam, uma vez que a escolha foi livre, e alguns versaram apenas sobre uma das grandes áreas temáticas, enquanto outros versaram sobre todas, organizando seus memoriais em várias partes.

Deste processo de escrita nasceu uma belíssima obra intitulada “Memoriais – Os a(u)tores da Educação de Jovens e Adultos do CAp/UFRGS:

suas histórias, suas vidas”. A obra conta com as produções dos vinte alunos da turma EF3, além de fotos trazidas por eles. O material está distribuído em setenta e cinco páginas, e está sendo preparado para ser publicado, ainda no ano de 2014. Até o momento, só se encontra disponível em arquivo digital, no formato pdf.

De posse deste riquíssimo trabalho, foram realizadas inúmeras leituras do material, a fim de procurar a melhor forma de abordá-lo e analisá-lo neste TCC. A partir de uma destas leituras foi possível criar uma tabela, em que ficaram listados os autores e foram surgindo categorias a partir da regularidade de aparição de assuntos nos seus memoriais. Deste modo, os assuntos que se repetiam tornaram-se categorias, por sua regularidade de ocorrência, e os conteúdos que aparecem uma única vez, foram alocados no campo “observações”, por seu ineditismo em relação aos demais.

Partindo desta forma de organização, a tabela configurou-se da seguinte maneira:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	ALUNO/ESCRITOR	TRABALHO / TIPO /LOCAL	REALIZA CRÍTICAS A ALGUMA SITUAÇÃO DE TRABALHO OU OUTROS	TRABALHO NA INFÂNCIA	PRECISOU AJUDAR EM CASA NA INFÂNCIA / FINANCEIRAMENTE OU TRABALHO DOMÉSTICO/LAVOURA	INDICAÇÃO NO INGRESSO NA UFRGS	MIGRAÇÃO	MENCIONA SITUAÇÕES ESCOLARES	OBSERVAÇÕES

As categorias de maior regularidade de ocorrência foram “Trabalho na infância”, “Precisou ajudar em casa na infância/financeiramente ou trabalho doméstico/lavoura” e migração. Não foi mencionada na tabela, mas a categoria maior, já definida anteriormente, é trabalho, uma vez que todos os alunos trabalham na UFRGS e esta é considerada uma regularidade de ocorrência que apresenta unanimidade. Estas são as principais categorias utilizadas para análise neste TCC.

Em conformidade com os critérios selecionados, foram escolhidos como principais sujeitos desta pesquisa os cinco alunos que, a partir dos levantamentos realizados em tabela, se encaixaram em todas as categorias selecionadas e descritas.

3.7 Metodologia de Análise: Análise de Conteúdo

Para proceder a análise dos dados mapeados a partir dos memoriais e dispostos na referida tabela, foi necessário recorrer à Análise de Conteúdo, que consiste em atingir uma “significação profunda” dos textos, segundo Deusdará e Rocha (2005, p.5). Tal metodologia ocupa-se do conteúdo dos textos, buscando seus “verdadeiros” significados, imbuída da certeza de que haveria um sentido a ser resgatado, e que o texto seria seu esconderijo (idem).

Dentro desta perspectiva, a linguagem é uma representação de uma realidade *a priori*, servindo como veículo de transmissão (idem, grifo meu). Assim, torna-se interessante analisar o conteúdo do texto, o qual se torna a expressão desta realidade que antecede a experiência de escrever.

Segundo Bardin (1977), na pesquisa qualitativa, a Análise de Conteúdos dá conta da presença ou ausência de uma dada característica, ou um conjunto de características, de um texto ou fragmento dele tomado em consideração.

O emprego desta técnica na pesquisa qualitativa se compõe de três grandes etapas: sendo a primeira a pré-análise do material, a segunda a exploração do material e a terceira o tratamento dos resultados e interpretação, afirmam Caregnato e Mutti (2006). Ainda nesta perspectiva, as mesmas autoras declaram que é possível empregar a técnica da análise categorial:

A análise categorial é o tipo de análise mais antiga e na prática a mais utilizada. “Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”. A análise categorial poderá ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto. Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento. Este tipo de classificação é chamado de análise categorial. (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p. 5).

Seguindo tais pressupostos, foi empregada a Análise de Conteúdo como ferramenta de análise desta pesquisa qualitativa, enfocando as regularidades de ocorrência nos textos (conteúdos que se repetem) e o ineditismo quanto ao

conteúdo.

Com base neste método, foi possível definir categorias a partir do conteúdo dos memoriais dos alunos. Tais categorias foram definidas observando sua regularidade de ocorrência. O ineditismo quanto ao conteúdo foi considerado na utilização do campo definido como “observações”, onde é possível listar as singularidades que não se encaixam nas categorias definidas na tabela.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 Compreensões sobre o trabalho: a sua dupla face

Esta categoria sobre compreensões a respeito do trabalho é de suma importância para as análises de dados, pois ela perpassa todos os memoriais, sendo mencionada por todos os alunos em algum momento. Além disso, o trabalho na universidade é a principal conexão entre estes alunos, pois todos são colegas, servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Por este motivo, o presente capítulo objetiva ressaltar como aparecem, nos memoriais formativos dos alunos, as duas faces do trabalho apresentadas por Gaudêncio Frigotto, no texto “A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida”. Refletindo, também, sobre algumas contradições encontradas nos textos dos alunos, que acabam mencionando de maneira positiva situações de “exploração e *alienação* do trabalhador” (FRIGOTTO, 2010, p.22), entre outras.

O trabalho como elemento de “exploração e *alienação* do trabalhador” (FRIGOTTO, 2010, p.22), está encaixado na sua face destrutiva da vida, pois o significado dominante que o trabalho assume na humanidade é o de *tripalium* (instrumento feito de três paus aguçados, utilizado para torturar). Embora Gaudêncio Frigotto analise essa alienação do trabalhador sob o ponto de vista político (alienação da classe operária em face do lucro nas sociedades capitalistas), há também que se considerar a alienação do trabalhador do ponto de vista humano, ou seja, em face da situação de vida nas cidades modernas a necessidade do trabalho impõe restrições à vida dos trabalhadores, como menos horas de contato familiar e social, e pouco ou nenhum tempo para dedicar-se à educação e ao lazer.

Em relação a esta questão, encontramos, nos memoriais formativos dos alunos, muitas situações em que por terem seus direitos violados, os sujeitos que vivenciaram circunstâncias de trabalho infanto-juvenil, sofreram mutilações de suas vidas, física, psicológica ou socialmente. Esta afirmação é pertinente,

pois precisaram se afastar da escola e não tiveram disponível tempo para vivenciar coisas típicas da infância, em virtude da necessidade de trabalhar para ajudar a família em seu sustento, seja em casa, no trabalho no campo, lavoura, etc.

Além de situações ligadas ao trabalho infanto-juvenil, há descrição de outras exigências do labor que impuseram restrições às vidas destes sujeitos. Encontramos, nos memoriais dos alunos, relatos de necessidade de realizar algum tipo de emigração em função do trabalho, ou mesmo acidentes decorrentes do trabalho que prejudicaram estes alunos fisicamente, entre outros.

É possível observar, nas falas de alguns alunos, que a necessidade do trabalho os impediu de vivenciar momentos importantes com suas famílias, como narra um dos alunos, que não pode acompanhar o nascimento de seu filho:

No dia 22 de junho de 1974 nasceu meu primeiro filho, eu tinha 19 anos. Nesse dia eu não estava em casa, pois estava com o quartel fazendo exercício em São Jerônimo. Só conheci meu filho dois dias após chegar em Porto Alegre. (São Jerônimo)

É possível encontrar também algumas contradições, uma vez que alguns alunos descrevem a experiência do serviço militar como um bom momento da vida, sem perceber, porém, que esta é uma instituição que ensina/obriga os indivíduos a obedecer sem contestar, e a respeitar seus superiores mesmo que estes o estejam explorando ou mal tratando. Como demonstrado nestes relatos, em que os alunos demonstram muita satisfação em relação às vivências do período do serviço militar, mostrando, principalmente, o valor que concedem à disciplina e ao bom comportamento:

Em 1979, me alistei para o serviço militar e entrei para o exército em 1980, o que foi uma experiência muito boa na minha vida. No período de instrução, a gente aprendia a bater continência para os superiores, atirar com armamento pesado e entrar em forma. Era um soldado atrás do outro; e a companhia era dividida em três pelotões, cada um com seu superior. Às 7h30 tínhamos que estar em forma, com a barba feita, coturno engraxado, cabelo cortado e fivela

do cinto brilhando. (Porto Alegre 2)

(...) em 1966 entrei para o quartel, onde eu servi por nove meses e quinze dias. Não precisei completar o ano no quartel, pois fui premiado por bom comportamento. (Porto Alegre 3)

Outros alunos, no entanto, demonstram a valorização da experiência de trabalho no exército através de suas expectativas frustradas, denunciando a falta de critérios objetivos para a escolha dos ingressantes, entre todos os alistados no serviço militar em determinada localidade. Seu relato revela o valor concedido à escolarização, tanto para o serviço militar quanto para os demais empregos que poderia encontrar. Aponta, como única solução viável, o que chama de “apadrinhamento”, demonstrando que a única forma de conseguir um bom emprego sem possuir escolaridade seria através da indicação de algum amigo/conhecido influente:

Com 17 anos, passei a estudar à noite. Aí veio o alistamento militar, não tive sorte, em Passo Fundo não havia emprego, só para apadrinhados. É lógico, para quem tinha o 1º grau, o que não era o meu caso. (Santa Maria)

Alguns dos alunos que, entre as atividades de trabalho, encontraram tempo e motivação para tentar concluir os estudos, acabaram esbarrando em outras restrições, como os baixos salários pagos aos trabalhadores que não possuem a Educação Básica completa. Este fator, ao mesmo tempo, é impeditivo de concluir a escolarização, e em consequência aumentar sua renda, uma vez que os cursos supletivos são caros. Por outro lado, nem sempre estas pessoas conhecem as escolas públicas que possuem a oferta da modalidade da EJA.

Em 1971, estudei no colégio Professor Afonso Guerreiro Lima no Morro de Santa Tereza. Fiz do 2º ao 4º ano (1971 a 1974), saindo para trabalhar no ano de 1976. Tentei voltar a estudar, fazendo supletivo no curso Monteiro Lobato, mas tive que desistir, pois o curso custava 60% do meu salário por mês. (Palmares do Sul)

Nas situações narradas pelos alunos observamos a exploração e alienação destes trabalhadores, ocasionadas pelo trabalho, que serviu como elemento limitador para a realização dos sonhos de alguns, que ensinou outros a alienarem-se, obedecendo aos superiores sem nunca questionar, ou que pela falta de critérios objetivos permitiu que seus servidores escolhessem/nomeassem alguns em detrimento de outros, negando-lhes o sustento.

A própria escola, em função de suas dinâmicas tradicionais e, por vezes, pouco acolhedoras, também contribui para repelir os trabalhadores estudantes. Segundo Fischer: “Jovens e adultos são sujeitos de direitos e o seu acesso e permanência na escola dependem, entre outros aspectos, do (re)conhecimento e análise, por todos os envolvidos com a EJA, de sua relação com o mundo do trabalho (FISCHER, 2012, p. 116)”.

Deste modo, é possível perceber que, embora as condições de trabalho e a relação do trabalhador com o próprio mundo de trabalho influenciem diretamente nas suas condições de vida e escolarização, não seria possível culpabilizar o sujeito, o trabalho ou o próprio empregador, pois há um conjunto de situações que influenciam estas escolhas e relações. É possível afirmar, inclusive, que são tantas as variáveis que determinam esse jogo sujeito-trabalho-moradia-escolarização, que estamos lidando com questões de origem político-social que acabam refletindo nas vidas destes indivíduos e determinando suas oportunidades e vivências.

Já o trabalho, em sua face criadora da vida humana, está intimamente ligado ao já referido anteriormente, trabalho como princípio educativo. O mesmo está definido, nesta pesquisa, em linhas gerais, como a forma pela qual o homem produz a sua existência, constituindo assim sua identidade e formando-se através do trabalho ao mesmo tempo em que tem o trabalho como princípio da sua formação.

É possível realizar esta afirmação, pois, para Frigotto o trabalho, em sua face criadora da vida humana, “está subordinado às necessidades imperativas

do ser humano considerado em sua condição de ser histórico-natural que necessita produzir os meios da manutenção de sua vida biológica e social” (FRIGOTTO, 2010, p. 19).

Muitas das vivências de trabalho são narradas como, de fato, positivas pelos alunos, pois organizaram suas vidas de diversas formas, possibilitando, principalmente, oportunidades formativas a estes trabalhadores. A exemplo disso observamos a valorização do trabalho na universidade, pois todos os sujeitos mencionam esta como a principal experiência de trabalho vivida, em contraponto a experiências anteriores não tão bem sucedidas.

Dito isto, cabe lembrar que “As vivências de trabalho estão encharcadas de valores, saberes, afetos, dores, amores, identidades, especialmente profissionais e de projetos de um futuro melhor (FISCHER, 2012, p. 117)”, e é em virtude disso que é possível conhecer e analisar estas questões relativas ao trabalho, em sua dupla face.

Apenas três dos sujeitos não mencionam nenhuma situação de trabalho anterior à universidade. Todos os demais mencionam dois ou mais trabalhos anteriores. Dos que mencionaram situações de trabalho, seis apontam o trabalho no campo, enquanto quatro afirmam ter servido no Exército Brasileiro. Os demais apontam outras situações variadas de trabalho.

Para demonstrar a capacidade organizativa que o trabalho assume na vida dos indivíduos, encontramos relatos que, além disso, exemplificam sua capacidade de motivá-los e satisfazê-los:

Então, por ironia do destino, um belo dia a mesma pessoa que me arrumou este serviço me convidou para trabalhar na UFRGS. Foi aí que tudo começou e minha vida, então, ganhou um melhor sentido em tudo aquilo que eu faço. (Caçapava do Sul)

Uma amiga minha Sita Mara, irmã de um grande amigo meu André Santanna que trabalha no CPD da UFRGS, me convidou para fazer uma prova para ingressar na UFRGS, pois era um grande sonho. Iniciei o trabalho no horário da 1h às 7h da manhã.

Quando eu tirei as minhas primeiras férias, foi uma loucura: peguei

o primeiro ônibus para Passo Fundo. Na chegada, a família toda me esperava, minha mãe e meu pai choravam e se abraçavam. (Passo Fundo)

Encontrar, no local de trabalho, além do provimento de seu sustento, oportunidades formativas, é o principal aspecto apontado pelos alunos como causa de sua satisfação profissional. Eles destacam o incentivo para concretizar o sonho de concluir sua escolarização como singular, pois, de outra maneira, depois de tantos anos afastados da escola, provavelmente não o fariam. Depoimentos de alunas e alunos contribuem para as constatações sobre o assunto:

Entre na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 1989, ingressei como ajudante de eletricista, mas passei a meio oficial no ano de 1990 e no último enquadramento passei a profissional.

Hoje estou muito feliz por ter a oportunidade de concluir meus estudos no Colégio de Aplicação, no Projeto EJA. (Viamão)

Eu voltei a estudar depois de trinta e cinco anos. Alguém falou para mim que abriria vaga no Colégio de Aplicação para fazer o final do Ensino Fundamental. Eu fiz a inscrição. Começaram as aulas. Meus colegas trabalham na UFRGS como eu. (Porto Alegre)

Com o cargo de vigilante, completei 20 anos de Universidade, enfrentando problemas inerentes ao trabalho, mas também muitas coisas boas. Uma delas é hoje poder voltar a estudar com colegas e terminar o Ensino Fundamental, para após seguir adiante no Ensino Médio, com atenciosos professores, bolsistas, uma boa estrutura. (Santa Maria)

Verificamos que somente através das oportunidades formativas é que os trabalhadores são incentivados a seguir refletindo sobre suas condições de trabalho, tornando-se críticos e questionadores. E, em contraponto, através do acolhimento do trabalho nas dinâmicas formativas proporcionadas aos trabalhadores é que estes podem encontrar e construir mais sentidos na sua formação e nos estudos, em conformidade com Fischer:

O trabalho, em suas variadas formas, é uma dimensão central na vida das pessoas. A incorporação consciente, generosa e atenta das vivências de trabalho dos estudantes na construção do olhar e da escuta do professor amplia as condições de acolhimento dos estudantes. (FISCHER, 2012, p. 117).

Através destes relatos é possível afirmar que o trabalho, em sua face criadora da vida humana, não é só aquele que organiza a vida, mas toda a forma que valoriza e respeita o ser humano. Ao assumir um caráter educativo, o trabalho cria oportunidades formativas, tanto dentro do seu espaço, quanto fora dele. É importante lembrar que ao se incorporar a questão do trabalho na formação dos alunos, contribui-se para a construção de novos sentidos e de uma nova força motivadora nos processos formativos.

4.2 Trabalho infanto-juvenil

Esta categoria de análise foi definida uma vez que quatorze, dos dezenove sujeitos pesquisados, afirmam ter tido a necessidade de trabalhar durante a infância. Entre os demais, quatro não mencionaram nada e apenas um afirmou não ter tido a necessidade de trabalhar nesta fase. Do grupo de memoriais selecionado para análise mais minuciosa, todos os sujeitos afirmam ter trabalhado durante a infância e alegam, também, a necessidade de trabalhar para “ajudar” em casa, seja financeiramente ou em situação de trabalho doméstico infantil travestido de ajuda (Fonseca, 2010).

A partir deste panorama, recorreremos à Fonseca (2010), para embasar as análises e reflexões sobre o tema. Iniciamos recorrendo ao conceito de trabalho infanto-juvenil:

Conceituamos trabalho infanto-juvenil como toda prática laboral – formal ou informal – realizada por crianças e adolescentes, menores de 18 anos, sem caráter educativo, desrespeitando os limites do sujeito, com riscos diretos ou indiretos, como estratégia de sobrevivência, remunerada direta ou indiretamente, desenvolvida em casa ou na rua, caracterizando exploração da força de trabalho. (FONSECA, 2010, p.13)

Partindo da forma como o trabalho infanto-juvenil foi narrado nos memoriais, o entendemos como prática que, desrespeitando as necessidades destes sujeitos da EJA, os impediu de vivenciar práticas tipicamente infantis necessárias ao desenvolvimento das crianças, como o brincar, e violou muitos de seus direitos, como o direito à educação. Conforme trechos a seguir, retirados de alguns dos memoriais:

Com 10 anos de idade já trabalhava com meus pais na roça. Era um trabalho sofrido, pois tínhamos que estar no tambo de leite às quatro horas da manhã para ordenhar as 30 vacas e tratar da criação. Durante o dia, tínhamos que cuidar das plantações, capinar as plantas e carregar e distribuir os alimentos para os animais. (Itapuã)

Com 7 anos de idade comecei a trabalhar com meu pai, pois éramos uma família muito grande, assim sendo não pude estudar por causa do trabalho. (Caçapava do Sul)

Na minha infância, nosso meio de sobrevivência era a lavoura, eu e meu irmão mais velho juntamente com meus pais ajudávamos no trabalho, contribuindo com o sustento da nossa família. (Três Cachoeiras)

Eu, pelo fato de ser criança, deveria ter um tempo para brincar, mas esse tempo de vida no campo me sobrecarregou com as tarefas. Meu pai era separado da minha mãe e não me colocou na escola porque eu teria que cuidar da plantação de cebolas, dar alimentação aos animais e tirar leite das vacas para o consumo do dia a dia. (Mostardas)

Aos sete anos, entrei no colégio que ficava a 6 km da minha casa e estudava pela manhã. Estudei nesse colégio até o 2º ano. A professora dava aula para as turmas de 1º e 2º anos na mesma sala. Aos 10 anos, comecei a ajudar meu pai na lavoura. Era uma vida muito sofrida, a minha vida de infância foi mais trabalho que diversão. (Palmares do Sul)

Tais falas evidenciam a negação do direito à Educação em detrimento do trabalho, assim como a necessidade de produzir meios de existência para si e para a própria família. Demonstrem, também, muito sofrimento advindo deste trabalho precoce. Mencionam, em suas falas, que não sobrava tempo para brincar, se divertir ou ir à escola, e que por isso sua vida de criança não era como “deveria ser”.

Aqui, a questão do “dever ser” é levantada, pois os próprios alunos elencam, em seus textos, as coisas que sentiram falta na infância, que gostariam de ter vivenciado, mas que não puderam, pois a necessidade do trabalho, ou a própria pobreza os limitava. Assim, é possível notar que se cria todo um imaginário acerca do que é próprio da infância, do que deve ser valorizado e o que uma criança deve ou não fazer. Mesmo que não esteja dito diretamente, as falas dos alunos deixam transparecer estas ideias.

Cabe destacar que apesar das adversidades descritas pelos alunos, muitos enxergaram neste trabalho aspectos positivos. Expressam seu contentamento com as aprendizagens obtidas nesta época, como o “bom comportamento”, o aprender a batalhar para conquistar aquilo que precisavam e concretizar seus sonhos, a aquisição da independência e a disciplina de trabalhar durante a semana e aproveitar a vida no pouco tempo que sobrava nos finais de semana, sempre com responsabilidade.

Assim encontramos também no trabalho infanto-juvenil narrado pelos alunos uma dupla-face, uma vez que este pode ser explorador e privar a criança e o adolescente de seus direitos, o mesmo pode ser educativo, na medida em que respeitar os limites e direitos dos indivíduos.

Como afirma Gaudêncio Frigotto, não se trata de defender a exploração do trabalho infanto-juvenil, que mutila e degrada a vida das crianças e dos jovens. “Trata-se de educar a criança e o jovem para participar das tarefas de produção, de cuidar da própria vida e da vida coletiva e para partilhar tarefas compatíveis com a sua idade” (FRIGOTTO, 2010, p.20).

Desta forma, o trabalho no tempo da infância, que é narrado pelos alunos, se confunde, gerando um misto de imagens, que vão da exploração da força de trabalho até sua face educativa, por vezes aparecendo bem diferenciados, enquanto em outros momentos torna-se muito difícil de caracterizar.

É importante destacar que o trabalho com produção textual na EJA é, normalmente, visto como o momento de expor tristes histórias, uma espécie de “muro das lamentações” produzido pelos alunos. Os memoriais que foram utilizados nesta pesquisa, porém, provam o contrário. Através de suas falas sobre a infância, o trabalho e a vida os alunos foram capazes de narrar tristes

histórias, em que demonstram, porém, momentos de alegria e aprendizado, como nas questões exemplificadas nesta seção, no que tange aos aprendizados proporcionados pelo trabalho infanto-juvenil vivenciado pelos alunos.

Estas questões relativas ao tempo da infância, ao trabalho e a própria escolarização são muito delicadas e ao mesmo tempo importantes e marcantes nas trajetórias deste público, por isso são os temas que mais aparecem na narração de suas memórias.

Em contraponto a estas questões, mais da metade dos pesquisados afirma ter realizado algum movimento migratório, deslocando-se de cidades do interior para a capital e região metropolitana. Todos apontam a necessidade de deixar o trabalho no campo em busca de melhores oportunidades. Após chegarem à capital apontam o início de suas carreiras profissionais também precoces, por volta dos treze ou quinze anos, deixando os estudos de lado.

4.3 Movimentos migratórios e êxodo rural

Mais da metade dos sujeitos pesquisados afirmam ter realizado movimentos migratórios em suas trajetórias, enquanto somente dois sujeitos afirmam não terem realizado nenhum destes movimentos. Todos os demais apontaram a necessidade de emigrar de outros municípios do interior do estado ou da região periurbana para Porto Alegre. Em função destes dados, é possível afirmar que as migrações internas são uma característica forte do grupo.

Em relação às migrações internas, Barcellos (1995, p.1) afirma que a partir da década de 1930, com a crise da economia cafeeira e de outras culturas, houve intensos movimentos migratórios do campo para as grandes cidades, chamados de êxodo rural. Estes movimentos se acentuaram a partir dos anos 50, com o novo patamar de industrialização que o país atingiu. E que, por fim, nos anos 60, encontramos estas fortes marcas na urbanização brasileira, pois, conforme Martine:

No entanto foi a partir dos anos 60, com a introdução de mudanças significativas na produção agrícola, que se tornou mais profundo o significado da migração rural-urbana e da concentração populacional que ocorre nas grandes cidades. (MARTINE, 1987 apud BARCELLOS, 1995, p.1)

Algumas falas dos alunos exemplificam esta necessidade de emigrar do interior do estado do Rio Grande do Sul para sua capital, Porto Alegre, em busca de trabalho:

No ano de 1980, quando eu tinha 25 anos, saí de Itapuã para arranjar um emprego em Porto Alegre, pois eu trabalhava na roça com meus pais, no interior de Itapuã. (Itapuã)

Vimos de Palmares do Sul com a mudança em caminhão aberto. A única coisa que ficou marcada na minha memória foi que passamos pelo Quartel 18º RI, na Av. Bento Gonçalves, no bairro Partenon. Em 1971, meu pai foi trabalhar na Estação Rodoviária de Porto Alegre até o ano de 1977, saindo para trabalhar no INSS (antigo), na Av. Borges de Medeiros, esquina com a Rua Jerônimo Coelho, até se aposentar no ano de 1998. (Palmares do Sul)

Deste modo, é possível verificar que a questão do trabalho é central na vida destes sujeitos, sendo força motivadora das decisões relativas à moradia, escolarização, modo de vida, entre outras. Assim, fica evidente a dupla face do trabalho, que de muitas maneiras organiza a vida, mas também impede o ser humano de se escolarizar ou viver em seu local de origem.

Em relação à escolaridade, é possível inferir, a partir da leitura dos memoriais dos alunos, que em muitas localidades do interior do estado, da qual provêm estes alunos, a rede de ensino só disponibilizava escolas que atendiam até a 4ª série. Tal fenômeno é observado, pois, segundo Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p.5), apenas a partir de 1971, com a entrada em vigor da Lei Federal 5692 é que a Educação Básica obrigatória é estendida de 4 para 8 anos.

Tal questão pode ser evidenciada a partir da fala de um dos alunos, retirada de seu memorial:

Vou falar sobre minha escola, pois gostava muito de estudar. Minha escola tinha o nome de Alzira Barcelos e havia uma única professora que se chamava Zilda Martins. Estudei até a 4ª série, porque era só o que tinha naquela escola. Depois continuei a 5ª série na mesma escola, que não era habilitada para esse ensino, e por isso não consta no meu histórico escolar. Por isso tive que parar de estudar. (Itapuã)

Deste modo é possível notar que a necessidade de ajudar a prover o sustento da família, através do trabalho, não foi a única razão impeditiva para dar a continuidade nos estudos de alguns destes sujeitos. Conforme destacam Di Pierro, Joia e Ribeiro:

A extensão da escolaridade obrigatória para oito anos, proposta da Lei 5692, representava um enorme desafio, já que colocava em condição de déficit educativo um enorme contingente da população adulta, da qual o ensino supletivo estaria a serviço. (DI PIERRO, JOIA e RIBEIRO, 2001, p.6).

Sendo assim, o próprio sistema de ensino assume uma parcela de responsabilidade, na medida em que se aumenta a escolaridade obrigatória, se deixa em situação de defasagem todos aqueles que cumpriram somente a escolaridade obrigatória que era exigida anteriormente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei esta pesquisa apontando minha problemática investigativa, na qual indagava sobre as compreensões dos alunos a respeito de suas trajetórias com o trabalho, expressas em seus memoriais formativos. As análises realizadas a partir do conteúdo dos memoriais apontaram como principais razões impeditivas da continuidade/conclusão da escolarização dos alunos a necessidade de ajudar a prover o sustento da família, através do trabalho.

Também é possível inferir a centralidade que a questão do trabalho ocupa nas vidas destes indivíduos, sendo força motivadora de decisões relativas à moradia, escolarização, modo de vida, entre outros. Observando que, por sua importância, o trabalho assume um sentido vital nessas trajetórias, uma vez que desde cedo ele garante a subsistência das famílias, determina os modos de vida, a moradia, a escolarização dos indivíduos e também as exigências e limitações que são impostas a estas pessoas.

Deste modo, o trabalho infanto-juvenil se destaca, sendo um dos motivos para afastar os alunos da escola. A necessidade de realizar movimentos migratórios, em busca de trabalho (seja do próprio aluno ou da família) também foi um fator que foi utilizado, pelos alunos, como justificativa para não concluir sua escolarização anteriormente.

Ao analisar o conteúdo dos memoriais também foi possível inferir que o próprio sistema de ensino possui uma parcela de culpa na não escolarização destes alunos ou em sua evasão escolar. Ao se elevar a escolaridade obrigatória no país, muitos dos sujeitos que haviam cumprido apenas a escolaridade básica obrigatória determinada antes da vigência da Lei 5692/71, ficaram defasados em virtude da mudança no sistema de ensino.

É possível perceber que os alunos aprendem através das dinâmicas de trabalho que vivenciam, pois, na medida em que narram a suas inserções precoces no mundo do trabalho, narram também os aprendizados adquiridos em relação ao à vida profissional, às dinâmicas sociais, e outras coisas úteis às

demandas da própria vida. Demonstram, através de muitas destas aprendizagens, que se enxergam como vencedores, que souberam extrair aprendizados das dificuldades e que através do próprio esforço conquistaram um emprego melhor, com o qual sonhavam. Também é possível realizar esta afirmação uma vez que, todos os alunos, demonstram sentir-se orgulhosos de si e do grupo, pela força de agarrar a oportunidade de voltar a estudar e seguir perseverando e superando os novos desafios impostos por esta retomada.

Cumprе ressaltar que as práticas pedagógicas poderiam valer-se de análises como as realizadas neste trabalho para, conforme afirma Fischer, “pensar a escola como um lugar em que podemos nos distanciar do cotidiano do trabalho e, como uma coruja, analisá-lo nas suas múltiplas facetas (FISCHER, 2012, p.116)”.

Como já referido anteriormente, é necessário que a escola e todos os envolvidos com a EJA (re)conheçam e considerem o envolvimento dos estudantes desta modalidade com o mundo do trabalho, incorporando estas vivências, para que os trabalhadores estudantes possam encontrar novos sentidos na escolarização, uma vez que, como afirma Fischer: “A escola, com seus modos tradicionais de organização pedagógica, usualmente, cria para ele ou ela dificuldades de acesso e permanência quando não os acolhe nesta sua condição (FISCHER, 2012, p. 118)”.

A experiência de não excluir da sala de aula as trajetórias de trabalho dos alunos, e valorizar a discussão da relação trabalho-educação é muito fecunda, pois permite que os estudantes, ao unirem os saberes teóricos, advindos da escolarização, aos saberes práticos, advindos de suas trajetórias de vida e de trabalho, caminhem no sentido de construir uma formação integral. Somente através da proposição deste objetivo é que poderemos rumar para uma formação mais humana e cidadã, pois “Uma formação integral permite leitura e tomadas de posição (de corpo inteiro...não só razão) sobre e com o mundo (idem)”.

Assim, na contramão de “empregadores e outras instituições sociais que proclamam que educação é tudo” (FISCHER, 2012), mas não criam condições

para que o trabalhador-estudante faça valer seu direito de trabalhar e estudar, o projeto criado e disponibilizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da EDUFRGS/PROGESP, para seus servidores técnico-administrativos, não só incentiva a conclusão da escolarização como cria condições para o trabalhador formar-se com qualidade. Através deste projeto são concedidos incentivos, como uma redução da jornada de trabalho, além de uma bolsa auxílio para que o estudante possa arcar com os custos demandados por este processo. Por isso, este projeto é apontado, pelos alunos, como um dos principais motivos da retomada dos estudos na idade adulta.

É preciso atentar para a questão do trabalho nos memoriais dos alunos sem criar uma visão determinista, uma vez que outras temáticas, como a família, também apareceram nas escritas dos alunos. Porém, como a questão do trabalho apareceu em todas as escritas, senti-me estimulada a abordar esta temática, o que gerou esta pesquisa, sem, contudo, desvalorizar os demais temas apresentados pelos alunos, os quais apareceram como questões transversais ao longo deste TCC.

O trabalho se constituiu de muitas referências teóricas e de certo afastamento docente, porém, por mais esforço e dedicação que empreenda a tarefa de me afastar para observar o trabalho realizado nos memoriais formativos, a pesquisa fica impregnada do meu olhar e da minha interpretação da realidade, resultando em uma limitação do ser pesquisadora e na possibilidade de que outros olhares valorizem diferentes demandas destes dados.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n.129, p. 637-651, set/dez. 2006. São Paulo.
- ARENHALDT, Rafael; MARQUES, Tânia Beatriz Iwasko (Orgs.). **Memórias e afetos na formação de professores**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010. (Série Cadernos Proeja - Especialização - Rio Grande do Sul).
- BARCELLOS, Tanya M. de. Migrações Internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (16)1:296-309, 1995.
- BONDIA, Jorge Larrosa Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2002, n.19, pp. 20-28. ISSN – 14132478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>. Acesso em 19 jun. 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso *versus* Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 out-dez; 15(4): 679-84.
- CUNHA, Aline Lemos da. Algumas reflexões sobre os sujeitos da educação de jovens e adultos. IN.: GODINHO, Ana Claudia Ferreira, et al. **Entre imagens e palavras: práticas e pesquisas na EJA**. Porto Alegre: Editora Panorama Crítico, 2012.
- DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, Local, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul./dez. 2005.
- DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando e RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cad. CEDES*. 2001, vol.21, n.55, PP.58-77
- FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? In: **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002 21. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> .
- FISCHER, Maria Clara Bueno. Educação de Jovens e Adultos e o Mundo do Trabalho: conversando sobre o tema com professores da EJA. IN.: GODINHO,

Ana Claudia Ferreira, et al. **Entre imagens e palavras: práticas e pesquisas na EJA**. Porto Alegre: Editora Panorama Crítico, 2012.

FONSECA, Laura Souza. Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8 n.1, p. 137-153, mar./jun. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. – 3. ed – Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

LUFT, Celso Pedro. Minidicionário Luft. São Paulo: Editora Ática, 2004, p.645.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos** / Álvaro Vieira Pinto: Introdução e entrevista de Demerval Saviani e Betty Antunes de Oliveira: versão final revisada pelo autor. – 16. ed. – São Paulo, Cortez, 2010 [1982].

RIBEIRO, Ricardo. O trabalho como princípio educativo: algumas reflexões . **Saúde e Sociedade**, [S.l.], v. 18, n. supl.2, p. 48-54 , jun. 2009. ISSN 1984-0470. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29574>>. Acesso em: 03 Maio. 2014.

doi:<http://dx.doi.org/10.1590/sausoc.v18isupl.2.29574>.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SPINDOLA, Thelma and SANTOS, Rosângela da Silva **Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?)**. *Rev. esc. enferm. USP*, Jun 2003, vol.37, no.2, p.119-126. ISSN 0080-6234

APÊNDICES

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Faculdade de Educação

Departamento de Estudos Especializados

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

A aluna **STEPHANIE MA ROLLA**, aluna regular do curso de **Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, sob orientação do Professor **Evandro Alves**, realiza a investigação “Compreensões sobre o trabalho nas histórias de vida dos alunos da EJA do Colégio de Aplicação”, junto aos alunos do CAp que produziram os memoriais formativos em 2013/02, na disciplina de Projeto de Investigação. Os objetivos desta pesquisa são inquirir as compreensões sobre trabalho que os alunos expressam na referida produção escrita, o que aprendem nesta dinâmica e quais os sentidos que a questão do trabalho ocupa nos memoriais formativos dos participantes da pesquisa. As atividades de pesquisa consistem em realizar a leitura dos memoriais formativos dos alunos, utilizando o referido material para tecer uma análise, teoricamente amparada, sobre as compreensões do trabalho dispostas nessas escritas.

Os dados desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético. Não serão mencionados nomes de participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho acadêmico que venha a ser publicado. É de responsabilidade da aluna a confidencialidade dos dados.

A participação não oferece risco ou prejuízo ao participante. Se, a qualquer momento, o (a) participante resolver encerrar sua participação na pesquisa, terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo ou constrangimento.

A aluna compromete-se a esclarecer qualquer dúvida ou questionamento que eventualmente os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou

posteriormente através do telefone (51) 92670791 ou por e-mail - stephaniema@hotmail.com

.....

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas:

EU _____, inscrito sob o nº de RG _____,

Concordo em participar esta pesquisa.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Porto Alegre, ____ de _____ de 2010.